

# O PROCESSO DE MERCANTILIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL A PARTIR DE 1990

## THE HIGHER EDUCATION COMMODIFICATION PROCESS IN BRAZIL FROM 1990

Maria Zeneide Carneiro Magalhães de Almeida <sup>1</sup>

Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro <sup>2</sup>

Marliane Dias Silva <sup>3</sup>

Marielza Magalhães de Almeida <sup>4</sup>

**Resumo:** Este artigo tem por objetivo apresentar, brevemente, o processo de mercantilização do ensino superior no Brasil a partir de 1990, verificando como as políticas neoliberais influenciaram o aumento das Instituições de ensino superior privadas (IES); apresentaremos primeiramente, o percurso histórico do neoliberalismo no mundo e no Brasil, abordando algumas medidas econômicas políticas as quais corroboraram para o aumento do ensino superior privado; depois apresentaremos a relação entre o neoliberalismo e a educação; algumas notas reflexivas sobre a mercantilização do ensino superior, utilizamos a análise de dados comparativa e bibliográfica com um recorte temporal de 1990 a 2017, e faremos uma curta análise do governo Bolsonaro. Os resultados indicam que houve mudanças acentuadas, as quais influenciaram substancialmente a expansão do ensino superior privado no Brasil, a partir de 1990 até 2017, cresceu 75,1%. Projetos de leis, medidas provisórias, PECs, mudanças estruturais na educação superior e nas formas de acesso, foram criadas para privilegiar as IES privadas no país e como exigência do Banco Mundial, uma vez que, o mercado (capital) entende a educação superior como um bem privado e não público. O que se pode ver tanto no discurso do governo Bolsonaro é a defesa do ensino superior privado, a possibilidade de cobrar mensalidade nas universidades públicas, o que parece ser modernização, às sombras; percebe-se que nada mais é a adequação as políticas e exigências do sistema de mercado. Assim, utilizaremos como aparato teórico algumas reflexões de Adorno sobre o capitalismo e o processo de mercantilização.

**Palavras-chave:** Educação Superior. Neoliberalismo. Mercantilização.

**Abstract:** This article aims briefly to present the process of commodification of higher education in Brazil from 1990, verifying how neoliberal policies influenced the increase in private higher education institutions (HEIs); we will first present the historical course of neoliberalism in the world and in the Brazil, addressing some political economic measures which corroborated the increase in private higher education; then we will present the relationship between neoliberalism and education; some reflective notes about commodification of higher education, we use comparative and bibliographic data analysis with a time frame from 1990 to 2017, and we will make an short analysis of the Bolsonaro government. The results indicate that there were marked changes, which substantially influenced the expansion of private higher education in Brazil, from 1990 to 2017, it grew 75.1%. Law projects, provisional measures, PECs, structural changes in higher education and in the forms of access, they were created to favor private HEIs in the country and as a requirement of the World Bank, since that, market (capital) understands higher education as a private and not a public good. What can be seen so in the Bolsonaro government's discourse is the defense of private higher education, the possibility of charging tuition at public universities, which seems to be modernization, in the shadows; it is perceived that nothing more is the adaptation to the policies and requirements of the market system. Thus, we will use some of Adorno's reflections on capitalism and the commodification process as a theoretical apparatus.

- <sup>1</sup> Maria Zeneide Carneiro Magalhães de Almeida – Doutora em História (UNB); Mestre em Educação (UNICAMP); Ex-docente da UFG (aposentada); Pós-doutorado em Educação (UFU e Universidade Autônoma de Madri). Profa. Adjunto-PUC Goiás/Docente do PPGE/EFPH/Linha de Pesquisa de Educação, Sociedade e Cultura. Líder do Diretório/CNPQ/Grupo de Pesquisa Educação, História, Cultura, Memória e Cultura em Diferentes Espaços Sociais-EMCES/HISTEDBR/PUCGO. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2220-9932>. E-mail: Zeneide.cma@gmail.com
- <sup>2</sup> Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro - Graduação em Pedagogia pela Universidade de Uberaba; Mestre em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia; Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo (1997); Pós-Doutora em Psiquiatria, Neurologia e Psicologia Médica (2000). Docente do PPGE/UFU-MG. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3708-4506> E-mail: betania.laterza@gmail.com
- <sup>3</sup> Marliane Dias Silva – Graduada em Letras pela Universidade de Rio Verde; Mestre em Letras: Literatura e Crítica Literária pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás; Doutoranda em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás, seus estudos concentram-se na Linha de Pesquisa de Educação, Sociedade e Cultura. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1725-8772> E-mail: mdisigoias@gmail.com
- <sup>4</sup> Marielza Magalhães de Almeida – Graduada em Psicologia; Especialização em Neuropsicologia/ PUCGoiás; Master of Arts in Psychology - Cuny City University of New York; Tradutora bilingue Português/Inglês. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5692-7476>. E-mail: marielzamagalhaes@gmail.com

## Introdução

A implantação de políticas neoliberais no Brasil permite refletir sobre as condições impostas pelo Estado de mal-estar-social, que enxerga a educação como produto, fruto das propostas de liberais europeus, as quais começaram a ser implantadas no Brasil a partir de 1990. Adorno (2006), após sair da Alemanha e ir para os Estados Unidos, inicia uma série de reflexões sobre a indústria cultural e também sobre a educação, que a partir da ótica capitalista inicia um processo de mercantilização e perda de qualidade, o qual teve início no Brasil em 1990.

O processo de mercantilização da educação no Brasil acentuou-se a partir dos anos 1990 com o ex-presidente Fernando Collor de Melo (1990 – 1992), as políticas neoliberais implantadas durante seu governo, foram responsáveis por isso. As mudanças ocorridas na economia foram importantes para a ampliação do número de faculdades privadas no país (SHIROMA; MORAES; EVANGELISTA, 2011).

A educação, a partir de então, passou a ser vista como mercadoria mesmo em governos posteriores como o de Itamar Franco (1992 – 1995) e Fernando Henrique Cardoso (doravante FHC, 1995 - 2003).

FHC (1995-2003) auxiliou a popularizar cursos superiores a distância e com mensalidades acessíveis à população; visto que o modelo neoliberal implantado por FHC (1995-2003) veio para fortalecer o mercado, houve uma tentativa de privatizar o ensino superior no país, as políticas de sucateamento das Universidades Públicas e congelamento do salário docente foram algumas das medidas adotadas por esse governo (REIS, 2005).

Embora, os governos de Lula (2003 – 2011) e Dilma (2011-2016) tenham investido na Educação Pública e tentado implantar políticas democráticas ao Ensino Superior Público, o número de instituições privadas no país cresceu muito (MANCEBO; VALE; MARTINS, 2015).

Após o *impeachment* de Dilma Rousseff (2011-2016), Temer (2016-2019) acentua as políticas neoliberais na educação, cortando por 20 anos investimentos no Ensino Público Superior, os quais o governo atual de Bolsonaro (2019) defende e tem aprofundado, privilegiando declaradamente a educação privada.

Essas questões influenciaram para que se decidisse pela realização deste estudo, nesse sentido, este artigo tem como objetivo abordar por meio da ótica dos pressupostos Marxista, de forma breve, o processo de mercantilização do ensino superior no Brasil a partir de 1990, verificando como as políticas neoliberais influenciaram o aumento das Instituições de ensino superior privadas (IES), porém, para isto, abordaremos primeiramente, o percurso histórico do neoliberalismo no mundo e no Brasil a partir de 1990, apresentando algumas medidas econômicas políticas, as quais corroboraram para o aumento do ensino superior privado; depois apresentaremos a relação entre o neoliberalismo e a educação; algumas notas reflexivas sobre a mercantilização do ensino superior, logo após, apresentaremos as considerações finais.

## Percurso Histórico do Neoliberalismo no Mundo e no Brasil

Perry Anderson (1995) advoga que o neoliberalismo nasceu logo após a II Guerra Mundial na Europa e da América do Norte como um fenômeno distinto do liberalismo proposto no século XVIII.

Começamos com as origens do que se pode definir como neoliberalismo enquanto fenômeno distinto do simples liberalismo clássico, do século passado. O neoliberalismo nasceu logo depois da II Guerra Mundial, na região da Europa e América do Norte onde imperava o capitalismo. Foi uma reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de bem-estar (ANDERSON, 1995, p. 9).

A clareza dos termos liberalismo e neoliberalismo se distinguem segundo Anderson (1995) em 1947, após reunião liderada por Hayek na Suíça para discutirem e propor medidas de combate

ao keynesianismo, o auxílio do Estado, e, contudo, visavam preparar as bases de um outro tipo de capitalismo, duro e livre de regras. Suas ideias, mesmo que ficaram adormecidas por mais de 20 anos, eram que as políticas do Estado de bem-social destruíam a liberdade dos cidadãos e a vitalidade da concorrência, era necessário haver desigualdade social nas sociedades ocidentais.

Em 1973, o mundo estava passando por uma grande crise, profunda recessão, baixas taxas de crescimento com altas taxas de inflação e como solução para este cenário, as ideias neoliberais ganharam terreno e o primeiro país no mundo, que serviu como laboratório para implantação do neoliberalismo, foi o Chile no mesmo ano; na época com o governo Pinochet, o qual promoveu privatizações, cortes de benefícios sociais, incluindo mudanças no sistema de previdência; redução do poder dos sindicatos; as universidades públicas foram privatizadas e tudo foi concretizado por meio de um regime ditatorial (ANDERSON, 1995).

De 1979 a 1990, Margareth Thatcher, que ficou conhecida como a “Dama de Ferro”, também aderiu ao neoliberalismo na Inglaterra, as principais medidas adotadas durante este período foram: baixar drasticamente os impostos sobre os rendimentos altos, abolir cortes sobre os fluxos financeiros, intensificar as privatizações, aumentar os juros, cortar gastos sociais, reprimir as greves, sancionar leis antissindicais, a consequência foi a elevação do desemprego (ANDERSON, 1995).

Todas as medidas neoliberais adotadas por países como Chile e Inglaterra foram implantadas a partir de duras medidas autoritárias, e uma das áreas as quais foi vítima desse sistema foi a educação. Adorno (2006) advoga que regimes autoritários e ditatoriais permitem a barbárie, fazendo analogia à barbárie ocorrida na Alemanha, pode-se afirmar que do ponto de vista de bem-estar-social o neoliberalismo foi e tem sido uma barbárie mundial e somente por meio da educação crítica pode-se combatê-la.

Nos Estados Unidos, o neoliberalismo tem seu início com Ronald Reagan, em 1981, com semelhanças às medidas adotadas na Inglaterra, o governo americano também investiu intensamente na corrida armamentista, devido à Guerra Fria e isto levou o país a um grande déficit público (ANDERSON, 1995).

À medida que, as experiências neoliberais iam dando certo, mais países começaram a aderir ao sistema, como Alemanha em 1982; Europa Ocidental a partir de 1983; México, em 1988; Venezuela, Peru, Brasil e Argentina, a partir de 1989 e o Leste Europeu, a partir de 1990 (ANDERSON, 1995).

A partir da década de 90, o governo Fernando Collor de Melo (1990 – 1992) ascende ao poder. Políticas como mudança de moeda a fim de combater a inflação, abertura do mercado nacional e a privatização de estatais fizeram parte do Plano Collor. Esse auxiliou a política de fortalecimento do setor privado, e consequentemente, Collor foi o responsável pela implantação do neoliberalismo no Brasil (GENARRI, 2001).

Logo após seu *impeachment*, seu vice Itamar Franco (1992 – 1995) assume a presidência dando sequência à empreitada neoliberal, seu então, ministro da fazenda Fernando Henrique Cardoso (1995-2003) propôs a criação do plano real, cuja meta era controlar a inflação e estabilizar a economia, foram estes fatores que contribuíram para que FHC (1995-2003) ganhasse a eleição presidencial em 1995.

O governo FHC (1995-2003) implantou medidas neoliberais no país como: precarização legal da contratação de trabalhadores, reformas administrativas e econômicas, privatizações de estatais, aumento da taxa de juros, aumento do desemprego (TEIXEIRA, 1998).

Em 2002, um ex-metalúrgico chega ao poder, visto por muitos brasileiros como a esperança de um “novo” país - Luiz Inácio Lula da Silva (2003 – 2011) pelo Partido dos Trabalhadores aos poucos implantou medidas neoliberais.

O governo Lula (2003 – 2011) promoveu a Reforma Universitária, ampliando as vagas nas universidades, implantou os Institutos Federais de Educação Técnica e Tecnológica, com a política dos royalties do petróleo oriundos da Petrobrás, destinados para saúde e educação, valorização e estimulação do desenvolvimento da indústria nacional, implantação de programas sociais: reforma agrária, Bolsa Família, programa Minha Casa Minha Vida (BOITO JUNIOR, 2013).

Lula foi um governo neoliberal, e avançou o mesmo rumo que os seus antecessores, isto se justificou pelas ações executadas durante o período de 2003 – 2011, com “manutenção de juros elevados, aumentar a presença do capital privado nas áreas de energia e transportes, planejou

aprovar a autonomia do Banco Central e a viabilidade de cobrança do ensino público superior”, o que se explicou com o apoio do mercado e banqueiros davam ao governo (BOITO JUNIOR, 2013).

Segundo Bastos (2017), o governo Dilma (2011-2016) foi eleito com o objetivo, embora não foi explicitado em sua campanha, para eliminar, minimizar o rentismo com a dívida pública como meio sistemático de acumulação de capital. Durante seu governo houve medidas aliadas as políticas neoliberais: concessões para iniciativa privada de aeroportos, ferrovias, rodovias e portos, elevação dos juros, redução da taxa Selic, redução de investimentos no setor social, mudanças nas leis trabalhista e previdenciária.

Porém, após o golpe de 2016 e a ascensão de Temer com seu programa de governo intitulado *Ponte para o Futuro*, há uma retomada da agenda neoliberal dos anos 90, porém dentro de seu governo o que teve maior destaque foram as medidas de redução do poder dos sindicatos; reforma trabalhista; flexibilização das leis trabalhista, onde o negociado teria um valor maior que o legislado por meio da Lei de 13.467/2017 que alterou a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT); terceirização em toda e qualquer atividade empresarial; aumento da jornada de trabalho; corte dos investimentos em saúde e educação por 20 anos por meio da PEC 241/2016; aumento dos juros, implantação de políticas que valorizavam o mercado e favorecem o empobrecimento da população (ANDRADE, 2019).

O segundo turno das eleições de 2018, trouxeram a ótica da população dois programas de governo distintos, o do PT encabeçado pelo candidato Fernando Haddad, apresentando um plano de governo com mais políticas sociais e o do PSL de Jair Bolsonaro apresentando propostas neoliberais profundas e radicais. Após uma série de *fake news* divulgadas pelas redes sociais, Bolsonaro é eleito presidente da República Federativa do Brasil.

Em pouco tempo de governo, o número de desempregados alcançou record com mais de 12 milhões, acentuou o empobrecimento da população, houve a venda de estatais como campos de petróleo, privatizações de aeroportos e empresas como a Embraer para o capital Americano, corte de verbas da educação superior pública, desvalorização do professor, valorização do ensino privado; além do anúncio de medidas encabeçadas como essenciais para o desenvolvimento do país foram apresentadas, como: a reforma da previdência, administrativa, tributária e o pacote anticrimes. Todas essas medidas neoliberais tendem beneficiar o mercado durante o período bolsonarista, áreas sociais serão as principais afetadas, principalmente a educação.

## **Neoliberalismo e Educação: um processo a partir de 1990 no Brasil**

Dentro do cenário neoliberal, a educação passa a ser parte do mercado, ela não é mais vista como prioridade de políticas sociais.

A perda de prioridade na universidade pública nas políticas públicas do Estado foi, antes de mais, o resultado da perda geral de prioridade das políticas sociais (educação, saúde, previdência) induzida pelo modelo de desenvolvimento econômico conhecido por neoliberalismo ou globalização neoliberal que a partir da década de 1980, se impôs internacionalmente (SANTOS, 2005, p. 15).

O Banco Mundial (doravante BM) criado em 1944, com o objetivo de possibilitar empréstimos aos países atingidos pela segunda guerra mundial, proporcionando a reconstrução destas nações. A preocupação com a desigualdade social, em 1980, fez o BM condicionou os créditos aos países tomadores a algumas reformas educacionais sugeridas. Para Fonseca (1997), orientação era reduzir o investimento do Estado na área da educação, priorizando o ensino básico, em consonância com as políticas de ajuste, recomendando privatizações do ensino superior, garantindo o acesso e a universalização do ensino.

O BM, representante do capital mundial, propõe e mais claro compreender as políticas educacionais adotadas no Brasil, a partir de 1990. A mercantilização da Educação Superior proposta pelo BM reflete, de acordo com Adorno (2006), o processo de degradação cultural, que o capitalismo

impõe, permitindo a formação de cidadãos para atuarem exclusivamente para mercado e não formar cidadãos emancipados e críticos, os quais conseguem enxergar além da realidade política-capitalista.

Durante o governo Collor (1990 – 1992) houve uma estagnação referente às vagas para o ensino superior. Itamar Franco (1992 – 1995) alterou as políticas de educação superior, adequando-o ao mercado, visando inserir o país no processo econômico de globalização.

Segundo Michelotto (2009, p. 13), “das políticas governamentais para as universidades brasileiras do governo Fernando Henrique Cardoso, constata-se que elas se apoiaram na contenção de gastos do poder público e no consequente incentivo à participação de recursos privados”.

FHC (1995-2003) aderiu às exigências propostas pelos organismos internacionais, reduziu os investimentos das universidades públicas federais, docentes com baixos salários tiveram que recorrer as instituições privadas para complementar a renda, as universidades tiveram problemas estruturais, e frente a todo esse caos, a mercantilização do ensino superior se fortalece possibilitando o aumento de novas instituições privadas chamadas de universidades, centros universitários, faculdades integradas, faculdades isoladas, instituições de pesquisa e ensino.

Mas, o ponto de partida para a difusão do ensino superior privado no governo FHC (1995-2003) foi a Educação a Distância, a qual foi garantida pela lei de Diretrizes e Bases da Educação. A expansão deste modelo de ensino “abre novos campos de investimentos ao capital financeiro, nem sempre redundando em melhoria do sistema educacional (CASTRO 2010, p. 210)”. O Estado nessa modalidade de ensino, de certa forma, assume a lógica mercantilista de redução de custos e aplicando também nas instituições públicas de ensino superior, porém os grandes beneficiados foram os empresários das instituições privadas, como LIMA (2008, p. 19) advoga:

A análise da política de educação à distância só pode ser realizada, portanto, nos marcos da crescente desresponsabilização do Estado no que diz respeito ao financiamento da educação superior pública; do estímulo a medidas que acentuam a privatização interna das instituições de ensino superior (IES) públicas; do aprofundamento do processo de empresariamento da educação superior, por meio da ampliação do número de cursos privados e/ou da imposição de uma lógica empresarial à formação profissional; e da política de redução do tempo de duração dos cursos e de precarização do trabalho docente.

Para Michelotto (2009), referente ao governo Lula (2003 – 2011), apresentou nas propostas durante a campanha presidencial alguns sinais de ruptura no que diz respeito à Educação superior. No entanto, na prática o Governo de Lula fomentou e mercantilizou o ensino superior público e privado.

Alguns das propostas o estado procurou ter mais controle do processo educacional no modelo de contrarreforma, tipo do neoliberalismo. Essa ruptura foi vista por meio de um conjunto de leis, decretos, medidas provisórias, a exemplo, segundo Lima (2011): 1) o Decreto n. 5.205/2004, que regulamenta as parcerias entre as universidades federais e as fundações de direito privado; 2) o Projeto de Parceria Público Privada (PPP), Lei n. 11.079/2004.

Portanto, embora Lula (2003 – 2011) possibilitou a melhoria ao acesso do ensino superior Público, também adotou medidas para incentivar o desenvolvimento, aparecimento e aumento de instituições de ensino superior privadas no Brasil.

Com o lema “Brasil: pátria educadora”, o governo Dilma (2011-2016) inicia seu governo dando prosseguimento ao de Lula, cortando verbas para a educação, ao longo do seu mandato, atendendo aos interesses do mercado.

Embora o artigo 6º da Constituição Federal de 1988 apresente que a educação é direito a todos, ou seja, um direito social e responsabiliza o Estado a ofertá-la; no contexto político neoliberal é tida como uma mercadoria e não como política social, para Marrach (1996), a educação dentro desse contexto passa a ter os seguintes papéis:

Atrelar a educação escolar à preparação para o trabalho e a pesquisa acadêmica ao imperativo do mercado ou às necessidades da livre iniciativa. Assegurar que o mundo empresarial tem interesse na educação porque deseja uma força de trabalho qualificada, apta para a competição no mercado nacional e internacional. 2. Tornar a escola um meio de transmissão dos seus princípios doutrinários. O que está em questão é a adequação da escola à ideologia dominante. 3. Fazer da escola um mercado para os produtos da indústria cultural e da informática, o que, aliás, é coerente com ideia de fazer a escola funcionar de forma semelhante ao mercado, mas é contraditório porque, enquanto, no discurso, os neoliberais condenam a participação direta do Estado no financiamento da educação, na prática, não hesitam em aproveitar os subsídios estatais para divulgar seus produtos didáticos e paradidáticos no mercado escolar (MARRACH, 1996, p. 46-48).

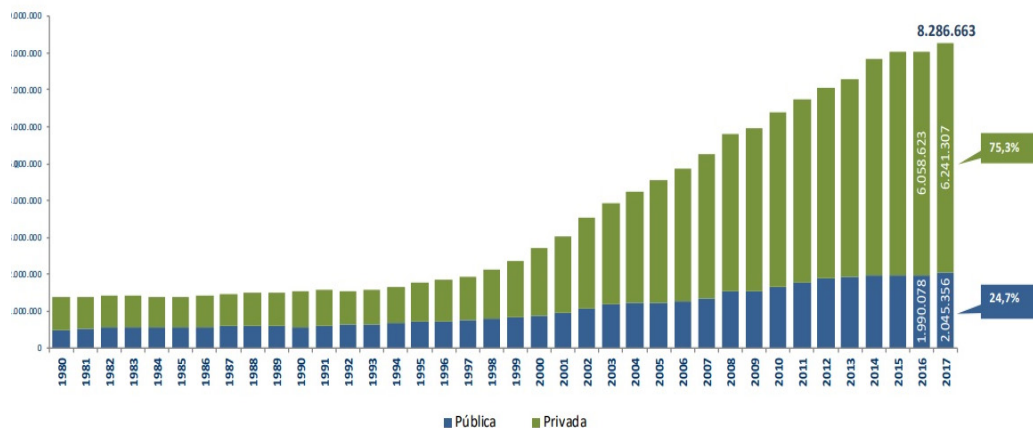
Em 2016, com o Temer no poder (2016 – 2019), o programa neoliberal retoma ao poder, e por meio da PEC 241/2016 que cortou gastos com a saúde, educação e assistência social, por 20 anos. Além disso, o Ministério da Educação, por meio da Portaria nº 20, de outubro de 2016, determinou a regulamentação das Instituições de ensino superior reduzirem o quantitativo de oferta de vagas. Todas essas medidas influenciaram positivamente, a expansão da educação superior privada no país.

Em 2019, Bolsonaro inicia a presidência do Brasil e mantém todas as políticas neoliberais. Durante o período eleitoral, Bolsonaro disse que os programas de pesquisas devem ser direcionados a atender as demandas do mercado reforçando o plano de relação entre o público e o privado; o grande plano para a educação estava em cortar os fundos do ensino superior e investir na Educação Básica, e ele escolheu para este fim, o Ministro da Economia Paulo Guedes, que tem companhias interligadas à Educação a distância, e sua irmã é presidente da Associação Nacional das Universidades Privadas (ANUP). E para Ministro da Educação e Cultura (MEC) Abraham Weintraub que encerrou seu mandato em junho de 2020 e após trocas, agora o Ministro da Educação é Milton Ribeiro.

## **A mercantilização do ensino superior: notas reflexivas**

No Brasil, a partir de 1990, houve uma expansão do ensino superior no país, segundo o gráfico do censo do Ministério da Educação e Cultura (MEC) de 1980 a 2017, embora este artigo faça um enfoque a partir de 1990, ele apresenta dados comparativos referentes ao número de matrículas em cursos de graduação. Vale ressaltar que os dados referentes a 2018 não foram divulgados pelo MEC.

**Figura 1. Número de Matrículas em Cursos de Graduação, por Categoria Administrativa**  
**Número de Matrículas em Cursos de Graduação, por Categoria Administrativa – 1980-2017**



**Fonte:** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/setembro-2018-pdf/97041-apresentac-a-o-censo-superior-u-ltimo/file>. Acesso em: 01 ago. 2019.

O número de matrículas em cursos de Graduação de 1990 a 2017, na rede de ensino superior privada no Brasil, cresceu em 75,1% com um total de 6.241.307 de matrículas, enquanto que na rede pública este aumento foi de apenas 24,7% com um total de 2.045.356 matrículas. Contudo, isso se deve a políticas de incentivo mercantil implantadas para este fim no país desde 1990.

Para Minto (2006), as instituições privadas são classificadas, segundo art. 20 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9394/96) de 20 de dezembro de 1996, em: particulares, comunitárias, confessionais e filantrópicas; e o art. 213 da Constituição de 1988, permite a transferência de recursos financeiros públicos para entidades privadas.

A criação da LDB (9394/96), também favoreceu a expansão do ensino superior privado ao definir diretrizes gerais para os cursos das IES públicas e privadas permitindo flexibilização, descentralização, pluralidade no ensino, todas estas medidas foram firmadas a partir de orientações do Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI) baseadas nas políticas de ajustes neoliberais.

As Instituições de ensino superior (IES), segundo Leher (2005), começaram ganhar força a partir dos anos 2000, e com isso a partir de 2008, passou a ocorrer um maior controle de IES por fundos de investimentos (*private equity*), assim, o processo de mercantilização do ensino superior e o interesse destes fundos de investimentos foi possível graças às políticas públicas de incentivo ao ingresso a graduação por meio de programas de Financiamento Estudantil como o FIES e o PROUNI.

Entende-se por mercantilização, de acordo com Oyama (2012, p. 82) o “mecanismo pelo qual tudo tende a se transformar em mercadoria no modo de produção capitalista”, dentro dessa ótica a educação vista como mercadoria possibilitou algumas IES como: a Anhanguera, Estácio, Kroton, Faculdade Pitágoras dentre outras conseguiram acumular capital que possibilitasse a entrada na Bolsa de Valores, isso foi possível graças à compra/incorporação/fusão com outras IES, criando um monopólio do ensino superior no Brasil.

Nesse processo de mercantilização e fortalecimento do ensino superior, o ministro da educação Abraham Weintraub, um dos chefes de Estado do governo Bolsonaro (2019), conforme reportagem de 06/06/2019 no jornal O Globo, tem aprofundado as políticas neoliberais com cortes de verbas das universidades públicas federais e dos institutos federais, e também tem advogado acerca do fortalecimento do ensino superior privado, alegando que o Estado não conseguirá assumir por muito tempo, o que a Constituição define a educação como direito e dever do Estado (FERREIRA, 2019).

Existe espaço para (universidades) federais, existe espaço para as estaduais, mas, devido à perspectiva do Brasil e ao

crescimento que vai acontecer (na demanda por educação), é muito claro que não há condição, no atual estado de contas do setor público, do estado e da sociedade pagadora de impostos, nutrindo a atual estrutura educacional estatal, de atender à demanda que vai acontecer — disse o ministro para O Globo (FERREIRA, 2019).

Bolsonaro (2019) tentou no início do seu mandato iniciar um processo de perseguição aos servidores do ensino superior público com a tentativa de aprovação do projeto Lei “Escola sem Partido”, desqualificando o trabalho do docente nas universidades públicas, advogando que nas Instituições Públicas de Ensino Superior há doutrinação ideológica, o que na verdade está por trás de todos esses argumentos é transferir para a iniciativa privada o ensino público superior.

## Considerações finais

O neoliberalismo é herança de profundas crises econômicas na sociedade, por meio da qual se apresenta como alternativa. Concretização de sua hegemonia enquanto processo econômico, político e social. Esse modelo de sistema transforma todas as esferas da sociedade sob a herege do mercado, inclusive a educação.

Durante a construção deste trabalho, concluiu-se que houve mudanças acentuadas, as quais influenciaram substancialmente a expansão do ensino superior privado no Brasil, a partir de 1990 até 2017, cresceu 75,1%. Projetos de leis, medidas provisórias, PECs, mudanças estruturais na educação superior e nas formas de acesso, foram criadas para privilegiar as IES privadas no país e como exigência do BM, uma vez que, o mercado entende a educação superior como um bem privado e não público.

A mercantilização do ensino superior no Brasil é reflexo da linha histórica mundial neoliberal instaurada como modelo, ainda que a Constituição advogue que o ensino seja público e de qualidade, para o mercado (capital) o ensino superior deve ser pago e esta ideologia excludente, impedirá muitos o acesso a educação.

Vale salientar que as políticas de mercantilização têm sido implantadas no Brasil a contagotas, estrategicamente e hoje, o que se pode ver tanto no discurso do governo, quanto do MEC é a defesa do ensino superior privado, a possibilidade de cobrar mensalidade nas universidades públicas, o que parece ser modernização, às sombras; percebe-se que nada mais é a adequação as políticas e exigências do sistema de mercado.

A mercantilização do ensino superior e o aumento exponencial das IES privadas deram-se graças a políticas externas e internas; e se não houver um governo que enfrente o mercado (capital) há uma forte tendência futura para essa mercantilização adentre as instituições públicas.

## Referências

ADORNO, Theodor. **Educação e Emancipação**. Paz e Terra: São Paulo, 2006.

ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E. GENTILI, P. (orgs.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ANDRADE, D. P. Crise econômica, crise de representatividade democrática e reforço de governabilidade. **Novos Estudos**, São Paulo: v. 38, jan.- abril, 2019.

ANTUNES, R. **Professor Ricardo Antunes analisa mercado de trabalho no Brasil e no mundo**. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, Edição *on line*, [04 set. 2016a] Entrevista concedida a Pamela Mascarenhas. Disponível em: <http://www.jb.com.br/pais/noticias>. Acesso em: 21 out. 2016.



BASTOS, P. P. Z. "Austeridade permanente? A crise global do capitalismo neoliberal e as alternativas no Brasil". In: BELLUZZO, L. G.; BASTOS, P. P. Z. (Orgs.) **Austeridade para quem?** Balanço e Perspectivas do governo Dilma Rousseff. São Paulo: Carta Maior e Friedrich Ebert Stiftung, 2015.

BOITO, A. As bases políticas do neodesenvolvimentismo. In: **Fórum de Economia da Fundação Getúlio Vargas**, 9, FGV, 2012a. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/16866>. Acesso em: 11 jan. 2017.

CASTRO, A. T. Política educacional e direitos sociais: reconfiguração do ensino superior no Brasil. In: BOSCHETTI, Ivanete *et al.* (Orgs.) **Capitalismo em crise: política social e direitos**. São Paulo: Cortez, 2010.

CÊA, G. S. S. **A nova pedagogia da hegemonia**. Disponível em [http://www.acesa.com/gramsci/texto\\_impresao.php?id=464](http://www.acesa.com/gramsci/texto_impresao.php?id=464). Acesso em: 02 out. 2009.

FERNANDES, L. "Neoliberalismo e reestruturação capitalista". In: SADER, E. GENTILI, P.(orgs.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

FERREIRA, P. Ministro da Educação defende fortalecimento do ensino superior privado, *O Globo*, Rio de Janeiro, 06 jun. 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/ministro-da-educacao-defende-fortalecimento-do-ensino-superior-privado-23723004>. Acesso em: 01 ago. 2019.

FONSECA, M. O Banco Mundial e a gestão da educação brasileira. In: OLIVEIRA, D. A (org.) **Gestão Democrática da Educação: desafios contemporâneos**. Petrópolis: Vozes, 1997.

GENARRI, A. M. Globalização, neoliberalismo e abertura econômica no Brasil nos anos 90. **Pesquisa e Debate**: São Paulo, v.13. 2001.

GENTILI, P. A. A. O discurso da "qualidade" como nova retórica conservadora no campo educacional. In: Gentili, P.A.A. & Silva, T.T. (orgs.) Neoliberalismo, Qualidade Total e Educação - **Visões Críticas**. Petrópolis: Vozes, 1994, p. 111-178.

LIMA, K. R. S. O banco mundial e a educação superior brasileira na primeira década do novo século. **Revista Katálys**, Florianópolis, v. 14, n. 1, p. 86-94, jan./jun. 2011.

MANCEBO, D.; VALE, A. A.; MARTINS, T. B. Políticas de expansão da educação superior no Brasil 1995-2010. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 60, p. 31-50, jan/mar., 2015.

MICHELOTTO, R. M. Políticas para a Educação Superior no Brasil em fase de transição. (s.d). Disponível em: <http://www.nupe.ufpr.br/politicasregina.pdf>. Acesso em: 10 set. 2009.

MINTO, W. L. **As Reformas do Ensino Superior no Brasil: o público e o privado em questão**. Campinas: Autores Associados, 2006.

OYAMA, E. R. O negócio da educação superior: da educação-mercadoria ao capital financeiro. In: RODRIGUES, José (Org.). **A universidade brasileira rumo à Nova América: pós-modernismo, shopping center e educação superior**. Niterói: EDUFF, 2012. p. 79-110.

PINHEIRO, J. Uma cena decepcionante. **Lutas Sociais**, 15/16, p. 149-161, 2016.

REIS, R. C. K. Educação e políticas neoliberais. *Ágora*, Caçador, v. 2, n. 2 jul.-dez. 2005. p. 219-226.

SANTOS, B. S. A. **Universidade no Século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade.** São Paulo: Cortez, 2005.

SANTOS, R.; ANDRIOLI, A. I. **Educação, Globalização e Neoliberalismo: o debate precisa continuar!** Disponível em: <https://rieoei.org/historico/deloslectores/905Santos.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2008.

SGUISSARDI, V. **Estudo diagnóstico da política de expansão da (e acesso à) educação superior no Brasil: 2002-2012.** Piracicaba, S.P.: *mimeo*, 2015.

SHIROMA, E. O.; MORAES, M. C. M.; EVANGELISTA, O. **Política Educacional.** Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.

SILVA JUNIOR, J. R. **Reforma do Estado e da educação no Brasil de FHC.** São Paulo: Xaruã, 2002.

TEIXEIRA, F. J. O neoliberalismo em debate. In: TEIXEIRA, F. J. (Org.) **Neoliberalismo e reestruturação produtiva: as novas determinações do mundo do trabalho.** São Paulo: Cortez, 1998, p. 195-252.

Recebido em 20 agosto 2021  
Aceito em 12 janeiro 2023











